



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Comarca de Arapongas
1ª Vara Cível
Autos nº 0001372-90.2021.8.16.0045

Trata-se de falência de FILMOR COMERCIAL LTDA decretada na seq.42.

Sisbajud (seq.86) e Renajud (seq.89) negativos.

Resposta de ofício da Junta Comercial do Paraná (seq.119).

Administrador Judicial informou a ausência e bens e falência frustrada (seq.122).

Despacho para ciência dos credores as informações do Administrador Judicial (seq.124).

Autora manifestou em busca e apreensão dos livros da falida (seq.132).

Ministério Público manifestou na extinção (seq.137).

É O RELATO DO NECESSÁRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

I. Da busca e apreensão.

Desnecessária e inócua a busca e apreensão manifestada pela autora, pois, como bem salientado pelo Administrador Judicial a falida está com as atividades encerradas desde 2020.

Ademais, já realizadas buscas nos convênios judiciais e a autora não indicou bens.

Portanto, indefiro a busca e apreensão.

II. Da falência.

O Síndico da massa falida e Ministério Público manifestaram o desinteresse no presente processo requerendo a extinção.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Comarca de Arapongas
1ª Vara Cível
Autos nº 0001372-90.2021.8.16.0045

Por oportuno, friso que os credores foram intimados da frustração da falência, restando silentes.

O presente caso enquadra-se perfeitamente na lição do professor Waldemar Ferreira “mesmo conhecidos os credores, pode dar-se que nenhum aceite o cargo de síndico e o próprio requerente da falência pago pelo próprio requerido ou por alguém por ele se desinteresse do processo. Nomeada pessoa estranha e deixando os credores, o requerente da falência inclusive, de habilitar-se no prazo marcado pela sentença, torna-se impossível prosseguir por ausência de interesse econômico, que justifique o andamento do processo. A despeito da inexistência de dispositivo legal, que em tal caso, o encerre, cumpre ao Juiz encerrá-lo, dada a manifesta impossibilidade de seu prosseguimento (Tratado de Direito Comercial, 1966, v. 15, p. 207).

A sentença de falência, transitada em julgado, foi fundamentada na Lei 11.101/2005.

Assim, nos termos do artigo 156 da Lei 11.101/2005, JULGO ENCERRADA a falência em face de FILMOR COMERCIAL LTDA, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito na forma do artigo 158, VI da referida Lei.

Em face da sucumbência e considerando o princípio da causalidade, condeno a falida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da causa (art. 85, § 2º do CPC), atualizado pela média IPCA-e desde a data da inicial e juros de mora de 1% ao mês a contar do trânsito em julgado (art. 85, §16), suspenso ante o deferimento da gratuidade judiciária.

Publiquem-se o edital nos termos do art. 156, parágrafo único da Lei 11.101/2005.

Transitada em julgado, arquivem-se com as baixas necessárias.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Comarca de Arapongas

1ª Vara Cível

Autos nº 0001372-90.2021.8.16.0045

Havendo embargos de declaração, observar art. 1.023, § 2º, do CPC.

Nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC, o recurso de apelação independe de juízo de admissibilidade. Assim, caso interposto recurso de apelação, cumpra a serventia, art. 1.010, §1º, do mesmo código, e se houver recurso adesivo, o §2º, do mesmo artigo.

Em seguida, proceda-se conforme disposto no § 3º.

Em caso de requerimento de gratuidade judiciária, deve ser remetido o recurso, independentemente de preparo, competindo ao Tribunal a análise de sua concessão, nos termos do art. 99, § 7º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Data do sistema

Luiz Otávio Alves de Souza

Juiz de Direito

